

◆1-Política Econômica

A PEA e o desemprego

Apesar da estagnação da economia em 1999, a taxa de desemprego tem se mantido em torno 7,5/8,0% - ver Gráfico 1.1. Este desempenho, até certo ponto, inesperado do indicador deve-se, porém, mais à evolução da População Economicamente Ativa (PEA) que à trajetória do emprego em si.

Nos primeiros meses deste ano, a população ocupada (PO) deu continuidade à trajetória de queda verificada a partir de 1998. Por outro lado, a PEA - cujo conceito abrange as pessoas ocupadas e as que estão procurando emprego -, nesta mesma base de comparação, registrou uma queda em relação ao ano imediatamente anterior, o que refletiu a queda da taxa de participação que, por sua vez, passou de um pouco mais de 58%, em 1998, para um patamar inferior a 57% nos primeiros meses de 1999 - ver Gráficos 1.2 e 1.3. Ambas as trajetórias refletem o ambiente de retração da atividade econômica do país verificado na primeira metade deste ano.

O fato chama a atenção para a importância da taxa de participação como determinante da taxa de desemprego. Isso não é difícil de entender. Tome-se, por exemplo, uma População em Idade Ativa (PIA) de 100 indivíduos, dos quais 60 compõem a PEA, entre os quais se incluem 3 desempregados. Nesse universo, a taxa de desemprego é de $3/60 = 5,0\%$. Se um indivíduo que compõe a PIA, mas inicialmente não forma parte da PEA - que inclui apenas pessoas empregadas ou que procuram emprego -, passa a tentar se inserir no mercado de trabalho, sem êxito, engrossa a estatística tanto do número de desempregados como da PEA, porém a primeira em proporção, por definição, maior, elevando o desemprego para $4/61 = 6,6\%$.

Nesse sentido, cabe ressaltar que há dois fatores, ligados ao próprio desemprego, que afetam de forma oposta a dinâmica da taxa de participação, correspondente à relação PEA/PIA.

O primeiro é a tentativa de proteger a renda familiar que resulta do desemprego ou da ameaça de desemprego de um dos cônjuges, em cujo caso o cônjuge restante ou um ou mais dos filhos restantes, originalmente não integrantes da PEA, podem passar a procurar emprego, elevando a taxa de participação e de desemprego.

O segundo fator, que vai na direção contrária do primeiro, é o fenômeno do desalento, que faz com que indivíduos há muito tempo procurando emprego sem êxito desistam da sua tentativa e diminuam tanto a PEA como o número e a taxa de desemprego.

Em resumo, o primeiro fenômeno atua positi-

vamente sobre a taxa de participação e eleva a taxa de desemprego, enquanto o segundo, por sua vez, reduz ambos indicadores. Não se pode, "a priori", saber qual dos fatores tende a predominar, mas tudo indica que, em 1999, é este segundo fator que está prevalecendo.

No tocante a um futuro próximo, é de se esperar que quando a economia recupere o seu dinamismo e volte a registrar taxas positivas de crescimento, as pessoas que tinham deixado de procurar emprego voltem a procurar, o que implicaria que a PEA poderia crescer em termos um pouco maiores do que seu crescimento histórico, que é da ordem de 2% a.a.

Portanto, é natural esperar que, em um processo de retomada sustentada do crescimento, o desemprego venha a cair. Em um primeiro momento, porém, o crescimento negativo da PEA em 1999 pode ser compensado por uma alta acima da média em 2000. Nesse caso, a taxa de desemprego demoraria algum tempo até voltar a cair abaixo de 7%, mesmo que a economia volte a crescer a partir do próximo ano.

GRÁFICO 1.1
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (%)

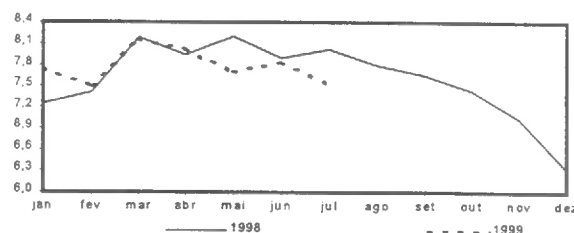


GRÁFICO 1.2
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA PO (%)

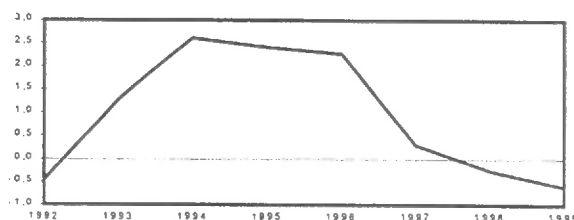
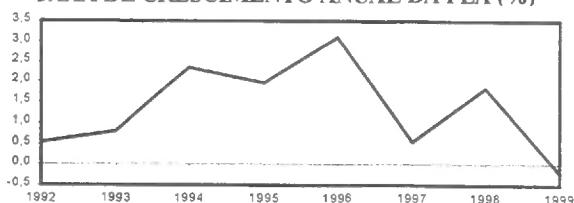


GRÁFICO 1.3
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA PEA (%)



SINOPSE ECONÔMICA

V 0000 N 0079 - 08/1999



139201017

AP/COPED

ÍNDICE

- ◆2 - Nível de Atividade:
IBGE divulga o PIB do
segundo trimestre de
1999.....2
- ◆3 - Inflação:
A evolução dos preços em
julho.....3
- ◆4 - Finanças Públicas:
A arrecadação das receitas
federais em julho.....4
- ◆5 - Mercado Financeiro:
O comportamento do
mercado de câmbio
.....5
- ◆6 - Setor Externo:
Balança Comercial em
julho.....6
- ◆7 - Operações do
BNDES e da
FINAME.....7
- ◆8 - Anexo
Estatístico.....9

◆ 2 - Nível de Atividade

PIB atinge R\$ 899,8 bilhões em 1998

Segundo o IBGE, o PIB de 1998 atingiu R\$ 899,8 bilhões, o que representou uma queda real de 0,12% em relação a 1997. O PIB industrial apresentou uma queda real de 1,34% e o da agropecuária uma pequena variação negativa de 0,02%, no período. O PIB de serviços, por sua vez, registrou um crescimento real de 0,78%, ante 1997.

IBGE divulga o PIB do segundo trimestre de 1999

No segundo trimestre de 1999, o PIB apresentou uma queda de 0,76% em relação a igual trimestre do ano anterior. Em relação ao primeiro trimestre de 1999, entretanto, houve um crescimento dessazonalizado de 0,93%. Com esse resultado, no 1º semestre de 1999, o PIB acumulou uma pequena queda de 0,42%, contra mesmo período do ano anterior. Observa-se, de fato, uma progressiva recuperação do PIB trimestral a partir do início de 1999, após o "fundo do poço" atingido no quarto trimestre de 1998 – ver Gráfico 2.1.

O crescimento dessazonalizado do PIB no segundo trimestre de 1999, em relação ao primeiro, foi liderado pela indústria que registrou um crescimento de 2,04%. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pelo significativo crescimento apresentado pelo subgrupo construção – ver Tabela 2.1. O pior resultado coube à agropecuária, com queda de 0,79% no período.

No acumulado no primeiro semestre de 1999, o destaque de crescimento ficou com a agropecuária, liderado, principalmente, pela expansão das lavouras. A indústria, por sua vez, registrou a maior queda, destacando-se a redução do PIB da indústria de transformação. Neste

TABELA 2.1
PIB TRIMESTRAL - VARIAÇÕES (%)

	1999.II/ 1998.II	1999.II/ 1999.I(1)	1º sem 99/ 1º sem 98
Agropecuária	1,57	-0,79	6,07
Lavouras	1,56	-1,17	5,93
Extrativa vegetal	-1,19	-0,53	-0,98
Produção animal	5,13	-0,05	4,94
Indústria	-3,24	2,04	-3,54
Extrativa mineral	13,00	9,21	8,44
Transformação	-3,62	0,18	-4,02
Construção	-5,11	5,22	-4,85
Serv. util. pública	2,52	2,11	1,74
Serviços	0,04	0,50	0,25
Comércio	-1,70	1,42	-1,83
Transporte	-5,71	-4,05	-1,58
Comunicações	1,58	4,08	-1,43
Instit. Financeiras	-0,76	-0,27	-0,42
Outros serviços	-0,57	0,37	-0,31
Aluguel de imóveis	2,10	0,52	2,10
Adm. pública	0,76	0,25	0,81
Dummy Financeiro	-0,76	-0,98	-0,42
PIB (2)	-0,76	0,93	-0,42

Fonte: IBGE.

Nota: (1) Com ajuste sazonal

TABELA 2.2
ÍNDICE DE PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL
COM AJUSTE SAZONAL

Mês	1998	1999
Janeiro	116,8	114,5
Fevereiro	118,7	113,1
Março	119,4	115,2
Abril	117,8	114,9
Maio	120,8	117,2
Junho	119,4	115,7
Julho	119,0	
Agosto	118,6	
Setembro	116,0	
Outubro	114,5	
Novembro	114,6	
Dezembro	112,4	
Média	117,3	115,1

Fonte: IBGE.

GRÁFICO 2.1
EVOLUÇÃO DO PIB TRIMESTRAL
COM AJUSTE SAZONAL - 1998=100

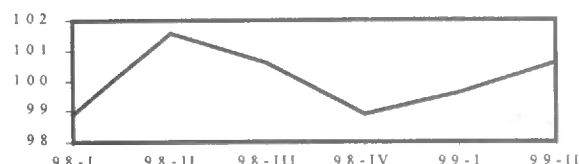
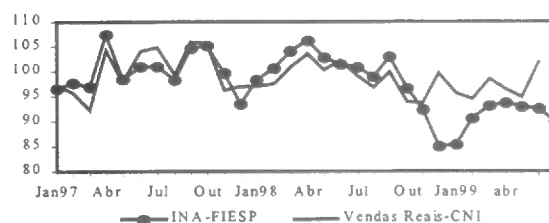


GRÁFICO 2.2
INDICADORES DO NÍVEL DE ATIVIDADE
COM AJUSTE SAZONAL - média de 1997 = 100



subgrupo, por categoria de uso, houve uma queda generalizada com destaque para a indústria de bens de consumo duráveis e de bens de capital.

O resultado do PIB no segundo trimestre de 1999 combinado com a perspectiva de uma melhora mais significativa do nível de atividade no segundo semestre do ano, projeta uma estabilidade do PIB em 1999 em relação a 1998. Este resultado é muito melhor do que o esperado no início do ano, quando se trabalhava com uma expectativa de queda do PIB de até 4,0%.

Os indicadores do nível de atividade em junho e julho

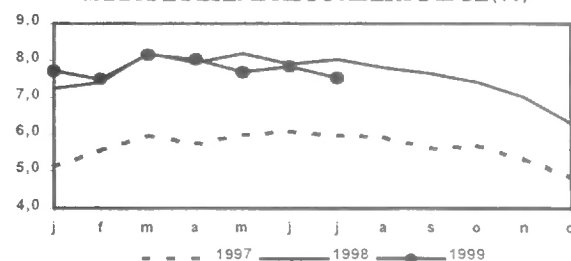
Segundo o IBGE, a produção física industrial registrou uma queda dessazonalizada de 1,3% em junho, ante maio – ver Tabela 2.2. O INA da FIESP também apresentou uma redução dessazonalizada, de 0,4%, contra maio. O indicador de vendas reais da CNI, por sua vez, apresentou um crescimento dessazonalizado de 7,13% em junho, em relação a maio.

Em julho, o INA da FIESP apresentou uma redução dessazonalizada de 2,7%, ante junho.

A evolução da taxa de desemprego

Segundo o IBGE, a taxa média de desemprego aberto atingiu 7,54% da População Economicamente Ativa (PEA) no mês de julho, o que significou uma queda de 0,34 ponto percentual em relação ao mês de junho – ver Gráfico 2.3. Este resultado decorreu da diminuição do número de pessoas procurando emprego. Vale lembrar que em julho de 1998 a taxa de desemprego aberto foi de 8,02%.

GRÁFICO 2.3
TAXA DE DESEMPREGO ABERTO IBGE(%)



◆3 - Inflação

A inflação em julho

No mês de julho, a taxa de inflação média – medida pela média do IGP-DI, IPC-FIPE e IPCA – atingiu 1,26% frente aos 0,38% registrados no mês anterior. Esta alta da taxa de inflação decorreu do comportamento dos três índices – com destaque para o IPC-FIPE, que passou de uma taxa de deflação de 0,08% para uma taxa de inflação de 1,09%.

Vale lembrar que, no mês de julho, o item transportes constituiu a principal pressão de alta sobre a taxa de inflação ao consumidor, devido aos reajustes de preços dos combustíveis, passando de uma taxa de inflação de 0,69%, em junho, para uma taxa de variação positiva de 4,21%.

No que diz respeito aos preços no atacado, o IPA-DI passou de 1,35%, em junho, para 2,03% em julho – com destaque para os preços industriais. O IPA-Indústria registrou um crescimento de 2,3% frente aos 0,89% registrados no mês anterior. Esta maior pressão dos preços industriais decorreu não só do aumento dos combustíveis mas como também: i) de uma aceleração adicional dos preços das *commodities* em reais, principalmente, papel/ papelão e metais – em razão do aumento da cotação do dólar; e ii) do rápido repasse dos aumentos dos preços das *commodities* e matérias primas para os preços das indústrias extrativa, metalúrgica e química.

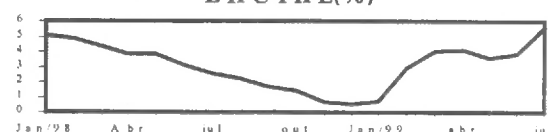
Para o mês de agosto, a expectativa é que, no atacado, a normalização do abastecimento – decorrente do fim dos impactos negativos da greve dos caminhoneiros, especialmente em hortifrutigranjeiros –, deva acarretar uma maior desaceleração da taxa de crescimento dos preços agrícolas, ainda que de forma moderada, em função da elevada cotação do dólar que segue pressionando os preços das *commodities*. No tocante aos preços industriais, os mesmos devem continuar pressionados, também, pela alta dos combustíveis.

No acumulado em 12 meses, até o mês de julho, a taxa de inflação média – medida pelo IGP-DI, IPCA e IPC-FIPE – foi de 5,6% – ver Gráfico 3.1 e Tabela 3.1.

TABELA 3.1
VARIAÇÃO ACUMULADA EM 12 MESES

Mês	Índices de preços			Em %
	IGP-DI	IPCA	FIPE	
Jan/98	6,74	4,74	3,80	
Fev	6,32	4,69	3,62	
Mar	5,34	4,52	3,17	
Abr	4,58	3,85	3,15	
Mai	4,50	3,95	3,12	
jun	4,07	3,41	1,87	
jul	3,59	3,06	0,97	
ago	3,45	2,55	0,74	
set	2,82	2,27	0,05	
out	2,44	2,05	-0,15	
nov	1,41	1,76	-1,11	
dez	1,70	1,66	-1,79	
Jan/99	1,97	1,65	-1,53	
fev	6,48	2,24	0,01	
mar	8,33	3,02	0,81	
abr	8,51	3,35	0,66	
mai	7,90	3,14	-0,24	
jun	8,69	3,32	-0,50	
jul	10,84	4,57	1,36	

GRAFICO 3.1
EVOLUÇÃO DA MÉDIA DAS TAXAS
ACUMULADAS EM 12 MESES DO IGP-DI, IPCA
E IPC-FIPE(%)



A evolução dos preços ao consumidor

O índice de preços ao consumidor, divulgado pela FIPE, registrou, na terceira quadrissemana de agosto, uma taxa de inflação de 0,90% frente aos 1,09% registrados no fechamento do mês de julho.

Esta desaceleração da taxa de crescimento do IPC-FIPE, registrada na terceira quadrissemana de agosto, decorreu, basicamente, do comportamento dos preços dos itens transportes e vestuário – ver Tabela 3.2.

O item transporte registrou, na terceira quadrissemana de agosto, uma taxa de inflação de 0,92% frente aos 4,21% registrados no mês de julho – o que reflete a diluição do impacto dos reajustes dos preços de combustíveis.

Já o item vestuário passou, neste mesmo período de comparação, de uma taxa de inflação de 1,89% para uma taxa de deflação de 1,38%, refletindo, assim, a manutenção das liquidações da coleção outono/ inverno à despeito do lançamento da nova coleção.

Segundo a FIPE, o aumento dos preços de alimentos não deverá resistir até o mês de setembro, em função da queda da demanda decorrente da retração da atividade econômica e do elevado nível de desemprego.

Para os meses de agosto e setembro, a FIPE projeta uma taxa de inflação de 0,7% e 0,3%, respectivamente.

Já a taxa de inflação anual deverá ficar abaixo dos 6,5% previstos anteriormente – caso não haja nenhum novo reajuste dos preços de combustíveis –, o que pode ser explicado pela desaceleração da alta dos preços de alimentos e pela menor pressão dos reajustes das tarifas públicas, a partir de setembro, no cálculo do IPC-FIPE.

O IGP-M em agosto

O IGP-M, no mês de agosto, permaneceu praticamente estável em relação ao mês imediatamente anterior, passando de uma taxa de variação positiva de 1,55% para 1,56%. O IPA-M, o IPC-M e o INCC-M registraram taxas de variação positivas de 2,24%, 0,70% e 0,52%, respectivamente.

TABELA 3.2
IPC-FIPE: TAXA DE VARIAÇÃO

Item (Peso)	4ª quad. julho		3ª quad. agosto		Em %
	Var.	Contrib.	Var.	Contrib.	
Alimentação (30,81%)	-0,30	-0,09	0,95	0,28	
Habituação (26,51%)	1,52	0,39	2,30	0,58	
Transporte (12,97%)	4,21	0,53	0,92	0,12	
Desp. Pessoais (12,52%)	0,20	0,02	-0,48	-0,06	
Vestuário (8,66%)	1,89	0,15	-1,38	-0,11	
Saúde (4,58%)	1,03	0,04	1,36	0,05	
Educação (3,95%)	0,11	0,00	0,02	0,00	
TOTAL	1,08	1,09	0,90	0,90	

◆4 - Finanças Públicas

A evolução do déficit nominal do setor público

O déficit público nominal acumulado no período jan/jun de 1999 – excluindo o efeito da variação cambial – foi de 6,66% do PIB, ante os 7,56% do PIB de 1998 – ver Tabela 4.1.

O déficit continua sendo pressionado, principalmente, pelo aumento do pagamento dos juros nominais sobre a dívida pública, que atingiu 9,53% do PIB no acumulado no ano até junho, contra os 7,57% do PIB em 1998. Entretanto, houve uma redução significativa das despesas com juros nominais sobre a dívida em relação ao acumulado janeiro/mai, quando o total das despesas com juros atingiu 10,04% do PIB, o que refletiu a redução das taxas de juros. Vale ressaltar o esforço fiscal do setor público, que se refletiu em um superávit primário de 2,87% do PIB no acumulado jan/jun de 1999, ante um pequeno superávit de 0,01% do PIB em 1998. O Governo Central foi o destaque, registrando um superávit de 2,51% do PIB no período, contra um superávit de 0,31% do PIB em 1998. Este resultado decorreu, principalmente, do superávit de 3,41% do PIB registrado pelo Governo Federal e o BACEN, no período.

A arrecadação das receitas federais em julho

Segundo a Secretaria da Receita Federal, a arrecadação federal apresentou um crescimento real de 18,43% em julho de 1999, ante o mesmo mês de 1998 – ver Tabela 4.2.

Contribuiu para este resultado o aumento da arrecadação da COFINS – resultante do aumento da alíquota de 2% para 3% – e da CPMF. Além disso, houve uma arrecadação extra em julho de 1999 decorrente da desistência de ações judiciais e consequente pagamento de débitos em atraso, principalmente relativos à COFINS, PIS/PASEP, CSLL e IRPJ.

No acumulado no ano até julho, a receita total apresentou uma expansão real de 1,27%, ante igual período de 1999.

Execução Financeira do Tesouro no acumulado janeiro/julho de 1999

Dados da execução financeira do Tesouro apontaram para um pequeno crescimento real de 0,3% da receita total no acumulado janeiro-julho de 1999, ante igual período de 1998 – ver Tabela 4.3. Do lado das despesas, houve uma expansão real de 7,7% no acumulado no ano até julho, em relação ao mesmo período

TABELA 4.1
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (NFSP)(1) - sem desvalorização cambial
Acumulado no ano (em % do PIB)

	1998		1999	
	Jan-jun	Ano	Jan-jun	Ano
Nominal	6,94	7,56	6,66	
Governo Central	4,49	5,21	3,58	
Gov. Fed. e Bacen	4,37	5,00	3,31	
Empresas Estatais Federais	0,11	0,21	0,27	
Governos Regionais	2,45	2,34	3,07	
Governos Estaduais	2,00	1,82	2,34	
Governos Municipais	0,08	0,22	0,34	
Empresas Estatais Estaduais	0,33	0,24	0,32	
Empresas Estatais Municipais	0,05	0,05	0,08	
Juros Nominais	7,08	7,57	9,53	
Governo Central	4,79	5,53	6,09	
Gov. Fed. e Bacen	4,86	5,56	5,95	
Empresas Estatais Federais	-0,07	-0,03	0,14	
Governos Regionais	2,29	2,04	3,44	
Governos Estaduais	1,72	1,41	2,53	
Governos Municipais	0,39	0,44	0,56	
Empresas Estatais Estaduais	0,17	0,18	0,33	
Empresas Estatais Municipais	0,02	0,02	0,02	
Primário	-0,14	-0,01	-2,87	
Governo Central	-0,31	-0,31	-2,51	
Gov. Fed. e Bacen	-0,89	-1,35	-3,41	
INSS	0,40	0,79	0,78	
Empresas Estatais Federais	0,18	0,25	0,13	
Governos Regionais	0,16	0,30	-0,37	
Governos Estaduais	0,28	0,41	-0,19	
Governos Municipais	-0,31	-0,22	-0,22	
Empresas Estatais Estaduais	0,16	0,07	-0,01	
Empresas Estatais Municipais	0,03	0,04	0,06	

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: (1) (-) = superávit

TABELA 4.2
ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS FEDERIAS
a preços de julho de 1999

Ano	Arrecadação (R\$ bilhões)			Variação (%)	
	Jun	Jul	Jan-jul	Jul 1997/Jul 1998	Jan-jul 1997/Jan-jul 1998
1998	9957	11630	84741	-	-
1999	11418	13773	85821	18,43	1,27

Fonte: Secretaria da Receita Federal.

TABELA 4.3
TESOURO NACIONAL - RECEITAS E DESPESAS
Acumulado no ano

	Em R\$ milhões de julho de 1999		
	1998	Jan-Jul 1999	Var%
Receita Total do Tesouro	87.978	88.209	0,3
Despesas	91.604	98.657	7,7
Pessoal e Encargos Sociais	31.495	29.347	-6,8
Transf. Estados e Municípios	19.100	20.398	6,8
Despesas Financeiras	15.905	26.161	64,5
Outras Vinculações	5.393	3.635	-32,6
Despesas de Orçamento e Crédito	1.337	1.398	4,6
Outras Despesas	18.374	17.717	-3,6
Total das Despesas (excl. Fin.)	75.699	72.496	-4,2
Resultado			
Caixa	-3626	-10.448	188,1
Primário	12.279	15.713	28,0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

de 1998. As despesas financeiras lideraram este crescimento, registrando uma expansão real de 65% no período.

Governo prorroga aumento da CSLL

Com a Medida Provisória (MP) 1.858-8, o governo prorrogou por mais três anos a cobrança do adicional de quatro pontos percentuais na alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A elevação da alíquota de 8% para 12% pela MP 1.807 deveria, inicialmente, vigorar apenas até o final de 1999, e agora valerá até 31 de dezembro de 2002. Esta decisão do governo foi incentivada pela necessidade de cumprir as metas de superávit primário acertadas com o FMI.

Dívida líquida do setor público atinge 46% do PIB

A dívida líquida do setor público – excluindo base monetária – foi de 46% do PIB em junho de 1999, ante os 38% do PIB observados em dezembro de 1998 – ver Tabela 4.4. Este resultado representou uma melhora em relação ao mês de fevereiro deste ano, quando o total da dívida foi de 48% do PIB.

TABELA 4.4
DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO
(% DO PIB) (1)

Composição	1996	1997	1998	1999	
				Fev	Jun
Dívida interna	27,0	26,7	31,8	35,7	35,3
Governo Central	12,0	13,3	16,8	20,4	19,3
Títulos públicos	21,4	28,3	35,5	39,4	38,8
Créditos do BC	-8,5	-7,8	-5,7	-5,4	-5,5
Renegociação c/Estados (2)	0,0	-5,5	-9,5	-9,4	-10,1
FAT	-2,5	-2,6	-3,1	-3,2	-3,2
Demais contas	1,6	0,9	-0,4	-1,0	-0,7
Gov. estaduais e municipais	11,1	12,5	13,7	13,7	14,5
Renegociação c/Estados (2)	0,0	5,5	9,5	9,4	10,1
Dívida mobiliária	6,2	4,3	2,4	2,3	2,4
Dívida bancária	4,9	2,6	1,8	1,8	1,8
Demais contas	0,0	0,1	0,0	0,2	0,2
Empresas estatais	3,9	0,9	1,3	1,6	1,5
Dívida externa	3,9	4,3	6,6	12,4	11,1
Governo Central	1,6	1,9	4,3	8,7	8,0
Gov. estaduais e municipais	0,4	0,5	0,7	1,1	0,9
Empresas estatais	1,9	1,9	1,6	2,6	2,2
Dívida total	30,9	31,0	38,4	48,1	46,4
Governo Central	13,6	15,2	21,1	29,1	27,3
Gov. estaduais e municipais	11,5	13,0	14,4	14,8	15,4
Estados	n.d.	11,2	12,4	12,9	13,4
Municípios	n.d.	1,8	2,0	1,9	2,0
Empresas estatais	5,8	2,8	2,9	4,2	3,7
Federais	2,5	1,0	0,8	1,6	1,4
Estaduais	3,2	1,7	2,0	2,5	2,1
Municipais	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2

Fonte: Banco Central.

Nota: (1) Exclui a base monetária.

◆5 - Mercado Financeiro

O comportamento do mercado de câmbio no mês de agosto

A maior demanda por *hedge* cambial do mercado manteve, ao longo do mês de agosto, a taxa de câmbio pressionada ampliando, assim, a desvalorização do real frente ao dólar no último mês – ver Gráfico 5.1.

A cotação do dólar comercial venda (R\$/US\$), no dia 30/07, era de 1,79. No dia 20/08, esta taxa atingiu o valor de 1,95, fechando o mês em 1,92.

A recente ampliação da demanda pela moeda norte-americana decorreu, basicamente, da falta de notícias positivas tanto no cenário interno quanto no externo. Internamente, o ambiente político tenso foi o principal responsável pelo maior pessimismo do mercado verificado neste período, já que o mesmo tende a dificultar o andamento do processo de ajuste fiscal.

No cenário externo, as preocupações quanto à possibilidade de elevação da taxa de juros norte-americana – que veio a se confirmar nos últimos dias – e ao comportamento da economia argentina, contribuíram para aumentar as incertezas do mercado observadas ao longo deste último mês.

Entretanto, os expressivos leilões de NBCE realizados, nos últimos dias, pelo Banco Central contribuíram para aliviar, em parte, a trajetória de alta da cotação do dólar. Vale destacar, ainda, que estas significativas ofertas de papéis cambiais tiveram seus efeitos positivos ampliados pelo cenário político interno que, por sua vez, começou a dar algum sinal de melhora – com destaque para o anúncio do Orçamento para o ano 2000 e do Plano Plurianual.

Por último, a trajetória esperada de desaceleração da cotação do dólar deve ser gradual, já que o mercado continua ainda receioso e sensível à qualquer novo rumor.

No mercado futuro, os contratos de US\$ com

fechamento em primeiro de setembro, outubro e novembro tinham, em 31/08, uma cotação de R\$ 1,9179, R\$ 1,9412 e R\$ 1,9627, respectivamente.

A decisão do FED

O Fed anunciou, recentemente, a elevação da sua taxa de juros em 0,25 ponto percentual – com viés neutro –, passando-a de 5% ao ano para 5,25% ao ano, com o intuito de conter as pressões inflacionárias da economia norte-americana.

Esta elevação da taxa de juros norte-americana foi recebida com tranquilidade pelo mercado, uma vez que já estava dentro das expectativas do mesmo.

A expectativa quanto ao novo patamar das taxas de juros

À despeito do recente recuo da inflação, em função da diluição do impacto dos reajustes das tarifas públicas e dos preços de combustíveis, o mercado espera uma ação conservadora do Banco Central quanto à definição do novo patamar da taxa de juros básica da economia.

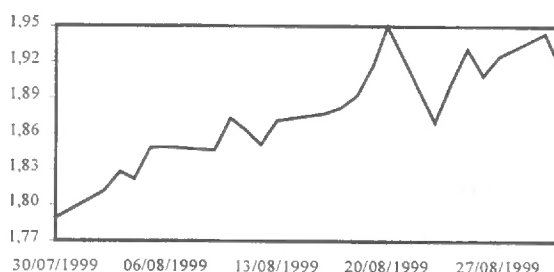
As estimativas do mercado são de um corte entre 0,5 e 0,25 ponto percentual na taxa *Selic*, que se encontra hoje no patamar de 19,5% ao ano.

Esta esperada atuação conservadora do Banco Central pelo mercado está baseada, principalmente, no conturbado cenário político-econômico pelo qual a América Latina está passando atualmente – com destaque para a fase pré-eleitoral na Argentina, para as turbulências políticas na Venezuela e Colômbia, além da decisão do governo equatoriano de não pagar quase US\$ 6 bilhões em títulos da dívida externa (*bradies*) – que, por sua vez, pode acarretar um encarecimento da rolagem de dívidas contraídas no exterior e dificultar a captação de novos recursos.

Nesse sentido, apesar da sinalização do início de uma melhora no cenário político-econômico interno, atualmente não há espaço para uma significativa redução dos juros em função ainda de um conturbado cenário externo e da falta de notícias positivas consistentes internamente como, por exemplo, um maior avanço das reformas estruturais.

As taxas de juros DI futuras, anualizadas, projetadas para setembro, outubro e novembro, fecharam, em 31/08, em 19,84%, 21,24% e 24,12%, respectivamente.

GRÁFICO 5.1
DÓLAR COMERCIAL VENDA (R\$/US\$)



◆6 - Setor Externo

A Balança Comercial em julho

A Balança Comercial, no mês de julho, registrou um superávit comercial de US\$ 94 milhões – resultante de exportações de US\$ 4117 milhões e de importações de US\$ 4023 milhões, respectivamente.

Na comparação com igual mês de 1998, as exportações brasileiras registraram, no mês de julho, uma queda de 17,2%. Porém, o desempenho das exportações em julho foi afetado pela greve, realizada na última semana do mês, do setor de transporte rodoviário, que reduziu o fluxo de mercadorias destinadas aos portos de embarque, fazendo com que a média das exportações, que era de US\$ 193,9 milhões, até a 4ª semana, caísse para US\$ 164 milhões na 5ª semana.

No que diz respeito às importações brasileiras, estas registraram, na mesma base de comparação, uma queda de 25,5%. Entretanto, esta expressiva queda das importações deve ser, em parte, relativizada, já que no mês de junho houve uma antecipação das compras externas do setor de bens de capital diante da expectativa de mudança da alíquota do IPI de zero para 5% a partir do dia 1º de julho – o que de fato não ocorreu, uma vez que o governo decidiu escalonar o reajuste dessa taxa, elevando-a mensalmente um ponto percentual no período agosto-dezembro – ver Gráfico 6.1.

Nos sete primeiros meses de 1999, a Balança Comercial acumulou um déficit de US\$ 525 milhões – 77% inferior ao registrado em igual período do ano passado –, o que resultou de uma valor total das exportações e de importações de US\$ 26563 milhões e US\$ 27088 milhões, respectivamente.

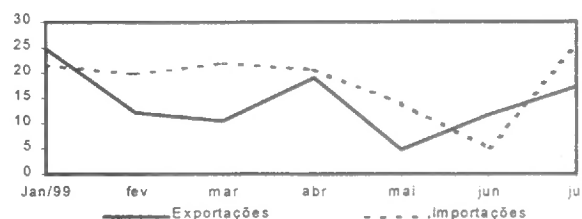
No segundo semestre do ano em curso, projeta-se uma relativa melhora do desempenho da Balança Comercial – ainda que amortecida por uma esperada recuperação da atividade econômica do país e pela alta do preço do petróleo – em função de uma recente intensificação da desvalorização do real frente ao dólar e de uma esperada recuperação da economia mundial impactando, por sua vez, positivamente as vendas externas de *commodities* – que nos últimos meses foram prejudicadas pela significativa queda das cotações no mercado internacional desse tipo de produto.

TABELA 6.1
EXPORTAÇÕES POR TIPO DE PRODUTO

Itens	em US\$ milhões FOB		Var. %
	Jan-Jul	1998	
Basicos	6.839	8.063	-15,2
Industrializados	19.226	22.454	-14,4
Semimanufaturados	4.370	4.921	-11,2
Manufaturados	14.856	17.533	-15,3
Ops. Especiais	498	421	18,3
Total	26.563	30.938	-14,1

Fonte: FUNCEX.

GRÁFICO 6.1
EXPORTAÇÕES X IMPORTAÇÕES: TX. DE VARIACÃO NEGATIVA EM RELAÇÃO A IGUAL PERÍODO DO ANO ANTERIOR (%)



As exportações desagregadas

Nos sete primeiros meses do ano em curso, as exportações acumularam uma queda de 14,1% em comparação com igual período do ano passado – com destaque para os produtos básicos e manufaturados que caíram 15,2% e 15,3%, respectivamente – ver Tabela 6.1.

O declínio dos preços das exportações brasileiras é um dos principais fatores que vem atingindo severamente o desempenho das mesmas. De acordo com os índices de *quantum* e preços elaborados pela FUNCEX, nos sete primeiros meses do ano em comparação com os mesmos meses de 1998, as vendas externas brasileiras registraram uma queda de 12,8% no preço e de somente 1,2% no *quantum*.

No que diz respeito aos mercados compradores, grande parte da queda das exportações verificada no comparativo janeiro-julho 99/ janeiro-julho 98 decorreu da queda das vendas para os países da Aladi (-31,8%), com destaque para a Argentina (-28,8%) – ver Tabela 6.2.

Vale destacar que o desempenho negativo diante dos países do Mercosul, no período analisado, foi liderado pelos produtos do setor automotivo, chegando a uma queda de 55,3% no caso de automóveis de passageiros.

TABELA 6.2
EXPORTAÇÃO: PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS E PAÍSES
em US\$ milhões FOB

	Janeiro-Julho		Var. %
	1999	1998	
União Europeia	7936	8957	-11,4
Aladi	5555	8140	-31,8
Mercosul	3702	5320	-30,4
Argentina	2906	4083	-28,8
Demais	1853	2820	-34,3
EUA (+ Porto Rico)	5931	5826	1,8
Ásia	3279	3464	-5,3
Gupo dos 5	741	612	21,1
Demais	2538	2852	-11,0
Europa Oriental	627	856	-26,8
África	698	932	-25,1
Oriente Médio	897	877	2,3
Total	26563	30938	-14,1

Fonte: Secex.

◆ 7 - Operações do BNDES e FINAME

A evolução das operações

O valor dos desembolsos de recursos do BNDES registrou uma queda real de 25% no acumulado em 12 meses até julho de 1999 - ver Gráficos da página seguinte. Os desembolsos da FINAME, por sua vez, registraram uma redução real de 7% no acumulado em 12 meses até julho de 1999.

O valor das aprovações do BNDES caiu 41% em termos reais no acumulado em 12 meses até julho de 1999. O valor das aprovações da FINAME, por sua vez, apresentou uma redução real de 19% no período - ver Gráficos da página seguinte.

O valor das consultas - pedidos de financiamento - do BNDES registrou uma queda real de 36% no acumulado 12 meses até julho de 1999. No que diz respeito à FINAME, o valor das consultas apresentou uma redução real de 48% no período.

Desembolsos por tipo de operação e empresa do BNDES

Os desembolsos do Sistema BNDES totalizaram o montante de R\$ 8,6 bilhões no acumulado no ano até julho de 1999, ante os R\$ 11,8 bilhões registrados em igual período de 1998, ambos a preços de julho de 1999 - ver Tabela 7.1. A BNDESPAR apresentou uma redução real de 46% de seus desembolsos no acumulado no ano até julho de 1999, ante mesmo período do ano anterior. O BNDES apresentou uma redução real de 26% dos desembolsos no período, o que resultou da queda real de 59% das liberações para operações diretas, que mais que compensou o crescimento real de 42% dos desembolsos para operações indiretas. A FINAME, por sua vez, registrou uma queda real de 26% de seus desembolsos.

Distribuição setorial dos desembolsos

A evolução dos desembolsos setoriais acumulados no ano a partir de janeiro de 1998 pode ser observada na Tabela 7.2. No acumulado até julho de 1999, a indústria de transformação apresentou um crescimento real de seus desembolsos de 9%, em relação ao acumulado janeiro/julho de 1998. A agropecuária, por sua vez, registrou um crescimento real de 1% de seus desembolsos no acumulado até julho, ante mesmo período do ano anterior. A maior queda real - de 61% - coube aos desembolsos para a infra-estrutura. O setor de serviços apresentou uma queda real de 17% de suas liberações de recursos no período. Em julho de 1999, as liberações para a indústria de transformação apresentaram a maior participação - de 54% - no total desembolsado - ver Tabela 7.3.

TABELA 7.1
DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES (1)

Itens	Em R\$ milhões		
	1998	1999	Var.%
BNDES	7.507	5.545	-26,1
Op.Diretas	5.369	2.186	-59,3
Op. Indiretas	2.138	3.032	41,8
FINAME	3.466	2.576	-25,7
BNDESPAR	796	433	-45,7
Total	11.780	8.554	-27,4

Fonte: AP/DEPLAN/GEPLE/COEST.

Nota: (1) Acumulado até julho de cada ano, a preços de julho de 1999 - deflator IGP-DI.

TABELA 7.2
TX. DE CRESC. REAL ACUMULADA ATÉ O MÊS DE JULHO DE 1999
DESEMBOLSOS

Meses	Em R\$ milhões				
	AGROP.	IND.	INFRA- TRANSF. ESTRUTURA	SERVIÇOS	TOTA
jan98	67,6	42,1	-1,7	23,8	19,0
fev	105,3	64,5	91,7	55,3	74,0
mar	88,1	100,0	57,6	30,0	71,3
abr	41,2	75,5	155,4	45,6	93,4
mai	13,8	73,7	146,0	26,1	55,2
jun	-8,8	65,5	90,6	27,1	43,1
jul	-11,5	32,4	112,1	36,8	40,7
ago	-8,3	38,3	83,0	50,2	39,6
set	-14,1	40,2	52,3	33,6	29,8
out	-12,9	36,2	43,6	27,4	26,4
nov	-7,0	29,6	16,0	22,0	13,3
dez	-6,2	16,7	-1,8	17,1	2,9
jan99	46,4	-13,3	-62,2	24,5	-19,4
fev	-24,8	11,8	-67,4	-11,2	-24,0
mar	-18,7	5,6	-30,8	3,2	-8,7
abr	-12,6	8,2	-58,8	-4,2	-26,8
mai	-5,4	5,0	-56,6	-2,3	-24,7
jun	-0,6	10,5	-57,1	-15,4	-24,5
jul	1,0	8,5	-60,9	-16,7	-27,4

Fonte: AP/DEPLAN/GEPLE/COEST.

Nota: (1) Em relação a igual período do ano anterior - deflator: IGP-DI.

TABELA 7.3
DESEMB. SETORIAIS DO SISTEMA BNDES (1)

Setores	Em R\$ milhões			
	1998	1999	Var.%	Part%
TOTAL	11780	8553	-27,4	100,0
AGROPECUÁRIA	745	752	1,0	8,8
IND. DE TRANSFORMAÇÃO	4242	4600	8,5	53,8
METALURGIA	500	480	-4,0	5,6
MECÂNICA	689	432	-37,3	5,1
MATERIAL DE TRANSPORTE	1036	1788	72,5	20,9
CELULOSE E PAPEL	302	213	-29,5	2,5
QUÍMICA, P.F., PERF.S. E VELAS	344	305	-11,3	3,6
PROD. ALIMENTARES E BEBIDAS	631	743	17,8	8,7
OUTRAS	739	640	-13,5	7,5
INFRA-ESTRUTURA	5788	2266	-60,9	26,5
SERVIÇOS	966	805	-16,7	9,4
OUTROS	39	131	235,8	1,5

Fonte: AP/DEPLAN/GEPLE/COEST.

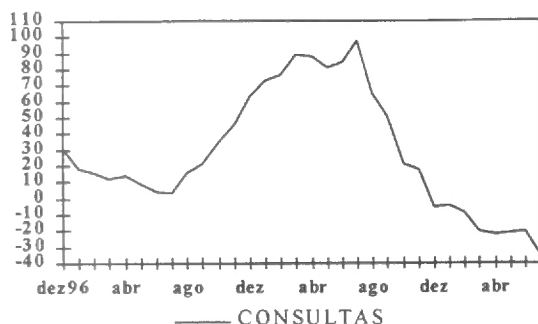
Nota: (1) Acumulado até julho de cada ano, a preços de julho de 1999 - deflator IGP-DI.

◆ Operações do BNDES e FINAME - Variação real (%)

(Acumulado 12 meses até o último mês *vis-a-vis* acumulado 12 meses até o mesmo mês do ano anterior.)

SISTEMA BNDES(1)

GRÁFICO 7.1



Fonte: AP/DEPLAN/GEPL/COEST.
Elaboração : AP/DEPEC/GESTE 2 e 3.

Notas: (1)) Inclui as operações do BNDES, FINAME e BNDESPAR.
Deflator: IGP-DI.

FINAME

GRÁFICO 7.2

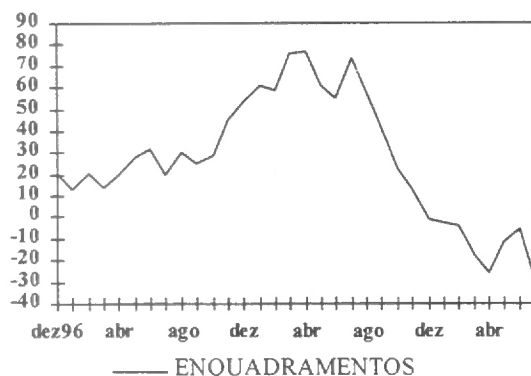


GRÁFICO 7.3

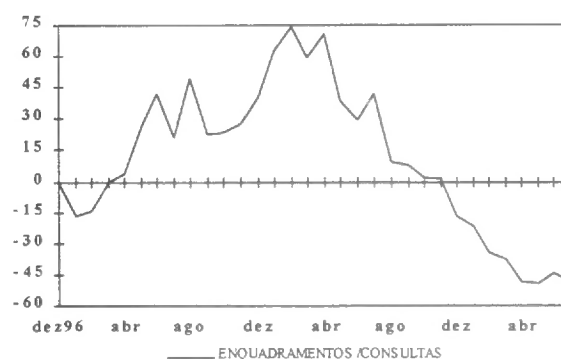


GRÁFICO 7.4

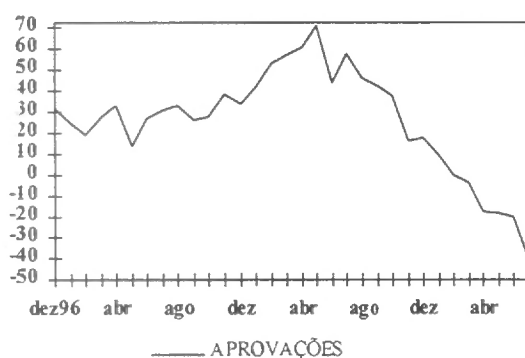


GRÁFICO 7.5

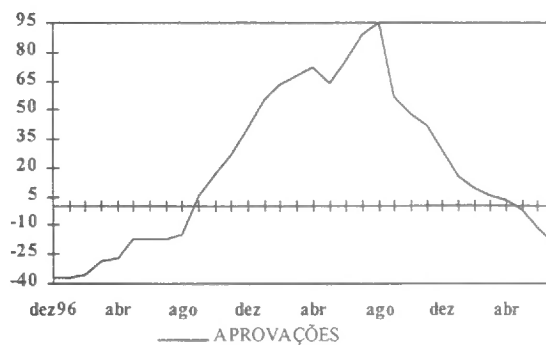


GRÁFICO 7.6

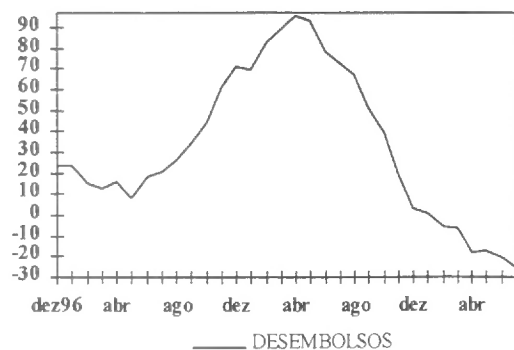
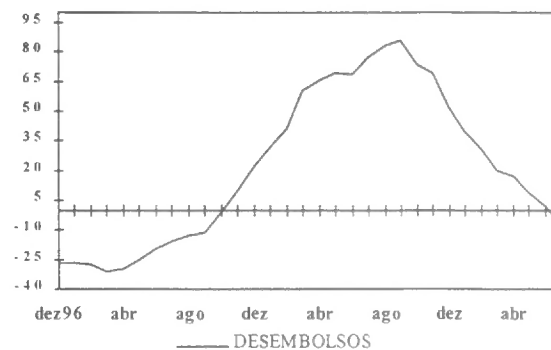


GRÁFICO 7.7



◆8 - Anexo Estatístico

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO CUSTO DA CESTA DE MOEDAS DO BNDES

	IGP-M / FGV			Dólar Comercial (var.%) (1)			635/87 (2)		
	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses
set/97	0,74	5,08	8,10	0,49	3,60	7,21	0,67	1,93	5,50
jul	0,09	5,17	6,76	0,60	4,22	7,12	-1,24	0,66	1,98
ago	0,09	5,27	6,55	0,76	5,02	7,33	1,23	1,89	1,37
set	0,48	5,77	6,96	0,44	5,48	7,32	1,78	3,70	4,06
out	0,37	6,16	7,15	0,61	6,12	7,33	1,77	5,53	6,03
nov	0,64	6,84	7,62	0,61	6,77	7,41	-0,54	4,97	4,77
dez	0,84	7,74	7,74	0,59	7,40	7,40	0,38	5,37	5,37
jan/98	0,96	0,96	6,88	0,65	0,65	7,41	1,38	1,38	10,15
fev	0,18	1,14	6,62	0,60	1,25	7,50	1,71	3,11	11,83
mar	0,19	1,33	5,60	0,62	1,88	7,37	-0,84	2,25	10,34
abr	0,13	1,47	5,03	0,61	2,50	7,57	2,02	4,31	13,76
mai	0,14	1,61	4,95	0,54	3,05	7,35	0,37	4,70	8,97
jun	0,38	1,99	4,58	0,56	3,63	7,43	0,43	5,15	8,70
jul	-0,17	1,82	4,31	0,56	4,21	7,39	1,09	6,29	11,27
ago	-0,16	1,66	4,05	1,16	5,42	7,81	2,98	9,46	13,20
set	-0,08	1,58	3,47	0,74	6,20	8,13	3,21	12,98	14,79
out	0,08	1,66	3,17	0,64	6,88	8,17	4,92	18,54	18,34
nov	-0,32	1,33	2,18	0,67	7,60	8,23	-0,47	17,98	18,43
dez	0,45	1,79	1,79	0,62	8,26	8,26	3,48	22,08	22,08
jan/99	0,84	0,84	1,67	64,08	64,08	76,49	59,31	64,08	91,84
fev	3,61	4,48	5,15	4,11	70,82	82,65	5,74	68,45	99,44
mar	2,83	7,44	7,92	-16,6	42,47	51,39	-16,32	40,96	68,31
abr	0,71	8,20	8,54	-3,56	37,40	45,12	-3,39	36,18	59,38
mai	-0,29	7,89	8,08	3,81	42,63	49,84	4,04	41,69	65,21
jun	0,36	8,27	8,06	2,64	46,40	52,94	3,40	46,50	70,10
jul	1,55	9,95	9,92	1,11	48,02	53,78	3,70	51,92	74,49
ago	1,56	11,67	11,81	7,08	58,50	62,77	8,63	65,03	84,06

Fonte: BNDES e Gazeta Mercantil.

Notas:

(1) Taxa de final de período.

(2) Composto pela taxa de juros, imposto de renda e variação cambial da cesta de moedas do BNDES (UMBNDDES).

QUADRO DAS PREVISÕES ANUAIS (1)

INSTITUIÇÕES	PIB (1)								FBCF		NFSP(3)		Exportações		Importações		B. Comercial		Saldo em C. Corrente	
	TOTAL		IND(2)		AGR		SERV		(% do PIB)		(% do PIB)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)		(US\$ bilhões)	
	1999	2000	1999	2000	1999	2000	1999	2000	1999	2000	1999	2000	1999	2000	1999	2000	1999	2000	1999	2000
BBM	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,5	-	-25,0	-
Citibank	0,1	3,5	-1,8	4,9	4,7	4,6	0,5	2,6	-	-	6,4	3,9	49,0	54,6	48,8	50,1	0,2	4,5	-25,2	-25,4
Fator	-0,1	2,9	-1,6	4,0	3,3	3,0	0,2	2,4	-	-	5,4	4,1	49,4	55,6	49,4	50,8	0,0	4,8	-25,5	-23,2
Garantia	0,2	3,1	-1,9	4,9	6,3	5,1	1,0	2,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JPMorgan	0,4	3,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LCA	-0,8	2,9	-1,7	4,0	2,6	3,0	-1,0	2,4	-	-	5,4	4,1	49,5	55,6	49,4	50,8	0,1	4,8	-25,4	-23,4
MCM Consultores	-0,5	3,4	-2,1	4,1	4,2	1,0	-0,1	3,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rosenberg	-0,3	2,3	-2,9	2,8	4,7	3,8	0,4	1,8	-	-	-	-	47,0	55,0	47,0	49,0	0,0	6,0	-25,5	-21,0
Unibanco	-0,5	4,5	-2,1	5,0	3,0	3,0	0,4	4,0	-	-	9,0	5,0	50,5	59,5	50,5	54,5	0,0	5,0	-25,5	-23,5
Tendências	0,1	-	-1,4	-	2,7	-	0,0	-	20,1	-	8,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MÉDIA	-0,1	3,3	-1,9	4,2	3,9	3,4	0,2	2,8	20,1	-	7,0	4,3	49,1	56,1	49,0	51,0	0,1	5,0	-25,4	-23,3
DESVIO PADRÃO	0,36	0,61	0,43	0,74	1,19	1,24	0,54	0,68	0,00	-	1,62	0,43	1,15	1,76	1,15	1,85	0,18	0,51	0,19	1,39

Notas:

(1) Variação percentual.

(2) Exclusive Construção Civil e Serviços de Utilidade Pública.

(3) Conceito nominal.

INFLAÇÃO - QUADRO DAS PREVISÕES

INSTITUIÇÕES	IPC - FIPE				IGP - M			
	set	out	nov	1999	set	out	nov	1999
BBM	0,5	0,4	-	6,8	-	-	-	-
Chase	-	-	-	-	-	-	-	-
Citibank	0,4	0,6	0,7	7,0	0,8	0,7	0,8	15,0
Fator	-	-	-	6,3	-	-	-	13,0
Garantia	0,3	0,4	0,5	6,1	0,4	0,2	0,4	13,3
JPMorgan	0,6	0,4	0,3	6,2	0,7	0,5	0,4	13,3
LCA	0,3	0,3	0,3	6,3	0,2	0,2	0,4	13,0
MCM Consultores	0,4	0,6	0,5	6,6	0,8	0,6	0,7	14,5
Rosenberg	0,5	0,5	0,5	6,5	0,6	0,6	0,6	14,4
Unibanco	-	-	-	6,9	-	-	-	12,8
Média	0,4	0,5	0,5	6,5	0,6	0,5	0,5	13,7
Desvio Padrão	0,10	0,11	0,14	0,30	0,21	0,20	0,14	0,78

ÍNDICES ECONÔMICOS

mês	Taxa de variação dos preços(%)						Taxa Referencial de juros (%)	Taxa de Câmbio-venda SP R\$/US\$		
	IPCA	IPC (FIPE)	IGP-M (FGV)	IGP-DI (FGV)	IPA-DI (FGV)	IPA Ind (FGV)		Comercial Média	Comercial (1)	Paralelo (1)
jan/98	0,85	0,24	0,96	0,88	0,75	0,26	1,15	1,12	1,12	1,19
fevereiro	0,54	-0,16	0,18	0,02	-0,15	0,09	0,45	1,13	1,13	1,19
março	0,49	-0,23	0,19	0,23	0,13	0,09	0,90	1,13	1,14	1,17
abril	0,45	0,62	0,13	-0,13	-0,28	-0,08	0,47	1,14	1,14	1,19
maio	0,72	0,52	0,14	0,23	0,13	0,12	0,45	1,15	1,15	1,21
junho	0,15	0,19	0,38	0,28	0,17	0,18	0,49	1,15	1,16	1,22
julho	-0,28	-0,77	-0,17	-0,38	-0,61	-0,22	0,55	1,16	1,16	1,23
agosto	-0,49	-1,00	-0,16	-0,17	-0,04	-0,31	0,37	1,17	1,18	1,26
setembro	-0,31	-0,66	-0,08	-0,02	0,06	-0,31	0,45	1,18	1,19	1,33
outubro	0,11	0,02	0,08	-0,03	-0,19	-0,08	0,89	1,19	1,19	1,26
novembro	-0,18	-0,44	-0,32	-0,18	-0,20	-0,25	0,61	1,19	1,20	1,25
dezembro	0,42	-0,12	0,45	0,98	1,74	0,23	0,74	1,21	1,21	1,29
Acum. Ano	2,49	-1,79	1,79	1,71	1,50	-0,28	7,79	-	-	-
jan/99	0,65	0,50	0,84	1,15	1,58	1,82	0,52	1,50	1,98	2,00
fevereiro	1,29	1,41	3,61	4,44	6,99	5,97	0,83	1,91	2,06	1,98
março	1,28	0,56	2,83	1,98	2,84	3,11	1,16	1,90	1,72	1,78
abril	0,47	0,47	0,71	0,03	-0,34	1,11	0,61	1,69	1,66	1,72
maio	0,05	-0,37	-0,29	-0,34	-0,82	0,71	0,58	1,68	1,72	1,73
junho	0,07	-0,08	0,36	1,02	1,35	0,89	0,31	1,77	1,77	1,82
julho	1,09	1,09	1,55	1,59	2,03	2,26	0,29	1,82	1,79	1,86
agosto	-	-	1,56	-	-	-	0,29	1,88	1,92	1,98
Acum. Ano	5,00	3,62	11,67	10,22	14,24	16,88	4,68	-	-	-

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Cotação de final de período.

REMUNERAÇÃO REAL DOS ATIVOS FINANCEIROS (%) (1)

Mês	Bolsa SP	Poupança	Over	Ouro-Spot	Paralelo	Comercial	CDB
jan/98	-5,57	0,69	1,69	3,76	-2,99	-0,30	1,13
fev	8,55	0,77	1,95	-1,62	-0,18	0,42	1,78
mar	12,80	1,21	2,01	1,93	-1,87	0,43	1,71
abr	-2,38	0,84	1,57	1,72	1,58	0,48	1,13
mai	-15,80	0,82	1,49	-2,77	1,54	0,40	1,33
jun	-2,08	0,61	1,22	0,52	1,68	0,18	1,06
jul	10,82	1,23	1,88	-3,41	-0,64	0,73	1,54
ago	-39,46	1,04	1,64	-1,05	3,02	1,32	1,38
set	1,95	1,03	2,57	8,33	5,64	0,82	1,36
out	6,80	1,31	2,86	-1,46	-5,34	0,56	1,97
nov	22,87	1,44	2,96	0,41	-0,48	0,99	2,54
dez	-21,74	0,80	1,94	-3,93	2,75	0,18	1,25
Acum. no ano	-34,63	12,44	26,53	1,81	4,31	6,38	19,76
jan/99	19,44	0,18	1,33	68,58	53,75	62,71	0,89
fev	5,24	-2,20	-1,19	-2,45	-4,45	0,49	-1,17
mar	16,74	-1,13	0,49	-18,70	-12,58	-18,90	-0,40
abr	5,37	0,40	1,63	-1,65	-4,05	-4,24	1,25
mai	-2,02	1,37	2,31	-2,60	0,87	4,11	2,05
jun	4,47	0,45	1,31	-1,01	4,82	2,27	0,96
jul	-11,56	-0,74	0,11	-2,18	0,37	-0,43	-0,35
ago	-0,38	-0,75	0,01	3,39	5,10	5,44	-0,31
Acum. no ano	39,44	-2,44	6,11	28,22	37,44	41,94	2,92

Fonte: Gazeta Mercantil.

Nota: (1) Deflacionados pelo IGP-M.

CUSTO DO CRÉDITO (1)

Mês	TJLP	LIBOR(2) (6 meses)	Capital de Giro pré fixado(2)	Res. 63(3)	Desconto de duplicata(4)	Export notes(3)	ACC(3)	Repasse do BNDES(6)	
								BNDES/FINAME automáticos	FINAME agrícola
jan/98	-	5,50	78,15	18,05	5,58	16,04	11,02	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	5,56	71,64	19,90	5,28	16,31	10,94	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	11,77	5,63	64,25	18,04	4,87	15,32	10,67	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	-	5,66	59,28	17,78	4,60	12,10	10,65	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai	-	5,69	60,40	17,84	4,52	14,21	10,30	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jun	10,63	5,68	59,19	17,17	4,41	10,47	10,24	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul	-	5,62	57,69	16,22	4,38	12,02	10,22	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago	-	5,53	54,70	16,72	4,21	12,74	10,33	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
set	11,68	5,13	70,02	20,21	5,26	13,45	11,63	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
out	-	4,98	71,90	20,01	5,44	15,96	11,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
nov	-	5,15	71,33	18,94	5,34	14,34	11,76	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
dez	18,06	5,08	64,02	18,54	5,00	12,94	11,60	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jan/99	12,84	4,91	75,22	20,32	5,68	11,98	11,74	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
fev	-	5,06	81,82	53,87	6,08	14,83	12,56	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mar	-	5,06	75,71	25,50	5,77	13,00	12,85	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
abr	13,84	5,04	74,19	18,81	5,67	15,92	11,34	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
mai	-	5,25	65,15	17,12	5,09	13,58	10,99	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jun	-	5,62	60,48	15,22	4,63	11,76	10,58	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
jul	14,05	5,71	57,90	13,16	4,36	11,56	10,70	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5
ago(5)	-	5,92	51,81	9,67	3,95	10,71	10,49	1,0 a 2,5	1,0 a 2,5

Fonte: Banco Central.

Notas: (1) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas, Export notes e ACC, calculados a partir de dados do SISBACEN. (2) % ao ano. (3) % ao ano mais correção cambial. (4) Taxa antecipada - % ao mês (média mensal). (5) Capital de giro, Res. 63, Desconto de duplicatas e ACC: valores referentes ao dia 13/08/99. (6) % ao ano + TJLP. A partir de agosto de 1997: % ao ano + TJLP + spread de risco do agente financeiro.